

Ofício SMDS nº 207/2015

Ao Sr. Flávio Andrade
Secretário Municipal de Governo

Senhor Secretário,

Em atendimento à solicitação de V. Sa. seguem as respostas aos requerimentos da Câmara, relacionados com as atribuições desta Secretaria Municipal:

Requerimento nº 47/2013: Solicitando informações a respeito dos veículos que se encontram abandonados ou estacionados em locais proibidos, que não estão sendo removidos pelo órgão responsável.

RESPOSTA:

Com relação aos veículos abandonados é importante ressaltar que esse é um problema geral, enfrentado por todos os Municípios. A questão não está relacionada com o trânsito e não há qualquer medida administrativa ou penalidade prevista, na legislação que dê suporte à remoção desses veículos. Trata-se de uma questão de Posturas Municipais e é preciso aprovar em nosso Município uma lei específica a esse respeito. Já existe um anteprojeto que foi elaborado por esta Secretaria Municipal e que será encaminhado à Câmara em breve para permitir ações concretas do órgão de fiscalização.

Quanto aos veículos estacionados em locais proibidos, o Município está agindo em parceria com a Polícia Civil para proceder às remoções. Apenas o Estado possui pátio credenciado e, portanto, esta Administração está buscando uma parceria para tornar efetiva a atuação sem onerar o orçamento Municipal.

Requerimento nº 171/2013: Solicitando cópia da CP 04/2007 que tem por objeto a Administração e Exploração do Serviço Público de Transporte Coletivo de Ouro Preto e informações sobre o motivo de sua revogação.

RESPOSTA:

A CP nº04/2007 foi revogada em razão da necessidade de se atualizar o projeto básico. Trata-se de um estudo da década passada que não considerou, por exemplo, a modificação da demanda em razão do crescimento da UFOP e da dispersão das repúblicas estudantis por todos os bairros da cidade. Além disso, o Plano de Mobilidade Urbana em desenvolvimento traz novas diretrizes para o deslocamento, o que justifica a atualização daquele estudo.



Atualmente a Comissão Especial de Licitação do Serviço Público de Transporte Coletivo está avaliando o trabalho desenvolvido pela Fundação Gorceix para enfim concluir a fase interna da licitação e publicar novo edital.

Segue, anexo, CD com a cópia integral do CP 04/2007.

Requerimento nº 131/2013: Solicitando informações sobre o motivo pelo qual os Guardas Municipais não estão ficando na porta das escolas no término das aulas.

RESPOSTA:

O efetivo da Guarda Municipal não comporta a demanda gerada em razão do trânsito e demais atribuições. Apenas 11 Guardas trabalham por turno e o número de escolas excede em muito esse efetivo. Além disso a obrigação de cuidar da saída de alunos das escolas é da própria direção.

Requerimento nº 10/2014: Solicitando informações sobre possibilidade de volta do estacionamento da Praça Tiradentes.

RESPOSTA:

Essa questão já foi amplamente discutida, inclusive produzindo posicionamentos consolidados perante o Ministério Público e o IPHAN. Posicionamentos inflexíveis.

A Praça Tiradentes é o principal centro cívico de nossa cidade e um dos mais belos cartões postais do país, sendo um dos mais visitados e fotografados por turistas de diversas nacionalidades. Diante disso todos os apontamentos e diretrizes estão voltados para a manutenção da Praça Tiradentes livre de automóveis com primazia à sua humanização.

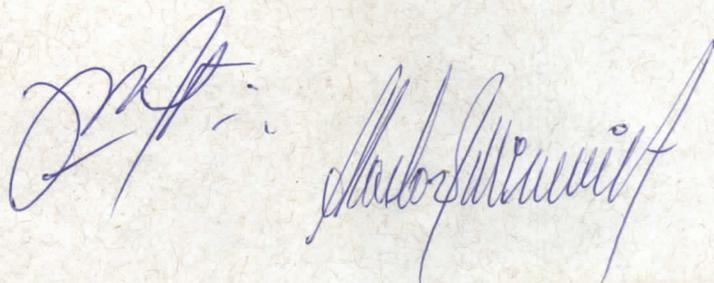
Requerimentos nº 02/2014; 53/2014 e 09/2015: Solicitando informações referentes à implantação de Olho Vivo em todos os bairros de Ouro Preto.

RESPOSTA:

O sistema de videomonitoramento do Município de Ouro Preto foi implantado com recursos de transferência voluntária do SENASP baseados em projeto desenvolvido pela Guarda Municipal. Os levantamentos estão sendo feitos e será solicitada verba do Governo Federal para a implantação. A implantação com recursos próprios do Município é inviável.

Requerimentos nº 173/2013, 189/2013, 107/2014, 162/2014, 97/2015 e 155/2015: Todas relacionadas com a solicitação de informações referentes a execução de obras de sinalização, de implantação de redutores de velocidades e de faixas de pedestres nas ruas do Município e dos distritos; bem como a colocação de placa indicativa na rua dos Inconfidentes (barra) sentido curva do vento, indicando distritos e cidades.

RESPOSTA:



O Município tem desenvolvido o Plano Diretor de Mobilidade Urbana/PDMU, que já está em sua fase final. A instalação de placas de sinalização em geral e indicativas em especial deverão constar como ações imediatas tão logo o plano seja concluído. Como esse trabalho envolve propostas de alternativas que poderão impactar na direção de circulação, na retirada de estacionamentos, na intervenção em cruzamentos, toda sinalização, seja vertical ou horizontal, será implantada após a conclusão do PDMU.

A título de exemplo, uma das sugestões aventadas em audiência pública do Plano foi transformar a volta do vendo em via de sentido único de circulação. Desse modo uma placa instalada antes de uma definição quanto a essa alternativa poderia resultar em desperdício de recurso público com a implantação de sinalização inadequada à nova estrutura viária.

Os casos relacionados como pontos de conflitos, a exemplo do que ocorre na Conselheiro Quintilhiano, na Rua Treze de Maio, na Rua da Abolição, entre outros estão sendo estudados pelo Instituto Rua Viva.

Ainda, relacionado ao tema, quanto às vagas de deficientes, as mesmas deverão ser implementadas observando as disposições da Resolução nº 304 do CONTRAN, contudo, dependem da requalificação dos espaços públicos que se encontra atrelada ao PDMU.

Por fim, informamos que modificações pontuais na sinalização e instalações de redutores de velocidade são realizadas diariamente pelo Departamento de Trânsito, a partir de demandas coletivas e individuais protocoladas nesse órgão, após análise da viabilidade dos pedidos.

Requerimento nº 123/2015: Solicitando informações sobre a colocação de corrimão, faixa de pedestre e quebra-molas no Município.

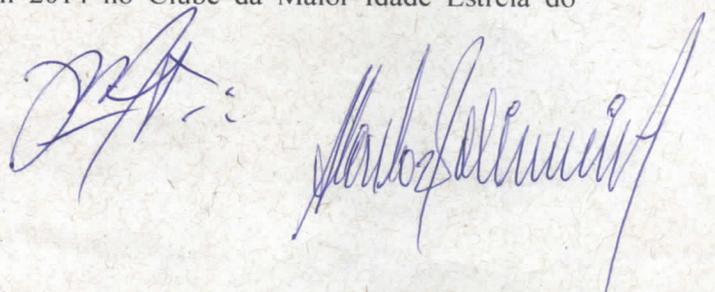
RESPOSTA:

A colocação de corrimão, pintura de faixa de pedestres e instalação de quebra-molas no Município são avaliadas caso a caso a partir de pedidos protocolados no Departamento de Trânsito. Em alguns casos, quando é verificada a possibilidade de impacto de maior abrangência, os pedidos são discutidos no Conselho Municipal de Transportes e Trânsito.

Requerimentos nº 208/2015: Solicitando informações sobre as alterações sofridas no que se refere a orientação do trânsito dentro do distrito de Cachoeira do Campo, em especial entre as ruas Padre Afonso de Lemos e Rua Santo Antônio.

RESPOSTA:

O assunto é recorrente nas audiências públicas realizadas em Cachoeira do Campo. A alteração feita, criando o chamado "Trânsito Balão", para proteção da Igreja, é muito criticando e de um modo geral não é aceito pela população. Inclusive não houve estudo prévio para sua implementação. Consta na Ata da 6ª Reunião para discussão sobre o Plano de Mobilidade Urbana, realizada ainda em 2014 no Clube da Maior Idade Estrela do



Oriente, pedidos para que fosse alterada as placas, acabando com o chamado “Trânsito Balão”, permitindo que a circulação fosse realizada como antes.

Este assunto, contudo, foi rediscutido com o IPHAN e o Município já está procedendo às alterações, conforme acordado com o atual Chefe do Escritório Técnico.

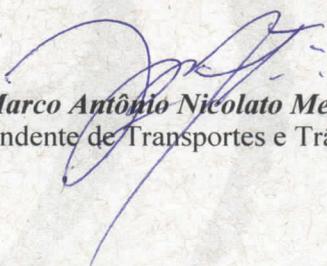
Segue anexa cópia da Ata da 6ª Reunião para discussão sobre o Plano de Mobilidade Urbana que está disponível no site da Prefeitura, na página criada para a discussão do Plano.

Essas são as informações que competiam à Secretaria Municipal de Defesa Social.

Atenciosamente



Antônio Carlos de Oliveira
Secretário Municipal de Defesa Social



Marco Antônio Nicolato Medircio
Superintendente de Transportes e Trânsito/Interino